



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Especial - SUPEL-CEL

Parecer nº 2/2019/SUPEL-CEL

PARECER

DESTINO: CEL/SUPEL

PREGOEIRO: IAN BARROS MOLLMANN

PROCESSO: 0033.433477/2018-28

OBJETO: Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, a pedido do Núcleo de Alimentação/GAF/SEJUS, de acordo com o memorando nº 105/2018/SEJUS-NUALI e seus anexos.

Senhor Pregoeiro,

Conforme solicitação exarada por Vossa Senhoria, na qual solicita análise de recurso interposto pela empresa **BANDOLIN FORNECEDORES DE REFEIÇÕES LTDA.**, na parte específica que questiona a validade do Balanço Patrimonial da licitante L & L INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

Da opinião:

O entendimento deste técnico é de que não há óbice para que a participante em processo licitatório apresente demonstrativos em formato próprio desde que cumpra os requisitos estabelecidos na legislação. A saber: *O Balanço Patrimonial deverá ser revestido das seguintes formalidades:*

1 - Deverá ser assinado pelo contabilista e o pelos administradores, conforme pressupõe os artigos 1.182 e § 2º 1.184 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil) e parágrafo 4º do artigo 177 - Lei 6404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

2 - No caso de Sociedade Empresária, deverá ter seu registro feito em Junta Comercial (Registro Público de Empresa Mercantis), - Art. 1.181 e Art. 1.150 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil).

3 - No caso de Sociedade Comum, deverá ter seu registro feito no Registro de Civil de Pessoas Jurídicas conforme art. 1.150 da Lei 10.406/2002.

No caso em tela, o demonstrativo contábil apresentado pela licitante L & L (***** 7775845) foi devidamente assinado pelo Sócio Administrador e pelo Contador, foi autenticado na Junta Comercial do Estado, apresentou patrimônio Líquido mínimo compatível com as exigências editalícias.

Destaco que, mesmo nos casos em que os licitantes sejam obrigados a manter Escrituração Contábil Digital - ECD, e, como consequência, ter que enviar esses demonstrativos por meio de SPED FISCAL, isso, por si só, não impede a empresa que mantenha escrituração tradicional de seus fatos

contábeis. O que a legislação fala, e isso para fins fiscais, não adentrando na seara gerencial, é que alguns tipos de sociedades, principalmente àquelas tributadas pelo lucro real, serão obrigadas a manter ECD, e que o recibo de envio das peças contábeis configura autenticação, não sendo necessário fazer tal ato em junta comercial. Em nenhum o dispositivo normativo diz que essas empresas são proibidas de manter escrituração tradicional da entidade. O que se constata é um equívoco interpretativo da norma em questão. Razão pela negamos provimento ao recurso apresentado.

Submetemos o Parecer a Vossa Senhoria para apreciação, e salientamos que se trata de peça meramente opinativa a qual não vincula decisão do Ilustre Pregoeiro.

Atenciosamente,

Porto velho – RO, 27 de setembro de 2019.

Everson Luciano Germiniano da Silva

Téc. em Lic. Reg. e Análise de Preços - Contabilidade

Matrícula: 300137932



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 27/09/2019, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **8104728** e o código CRC **9B82C8EA**.